



Câmara Municipal de  
**FRANCISCO BELTRÃO**

MINUTA DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA  
PROCESSO Nº 064/2024  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2024**

**CONTRATANTE (UASG)**

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO - PR (930042)

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais eletrônicos e de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal.

**VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 31.791,72 (trinta e um mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos).**

**LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

**ATÉ 08/07/2024 ÀS 07h59min**

**INÍCIO DA SESSÃO E FASE DE LANCES**

**DIA 08/07/2024 Das 08h às 16h**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS LOCAIS/REGIONAIS**

**SIM**



## Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA .....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA. ....	3
3. DA EXCLUSIVIDADE ME/EPP .....	4
4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL ...	5
5. FASE DE LANCES .....	6
6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO .....	7
7. HABILITAÇÃO .....	8
8. CONTRATAÇÃO .....	9
9. DOTAÇÃO .....	10
10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	10
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	12



**CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO - PR**  
**Processo Administrativo n.º 064/2024**

Torna-se público que a Câmara Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, por meio do Departamento Administrativo, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço por item**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e da Resolução nº 01/2023 e alterações e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta.

**Data da sessão: 08/07/2024**

**Horário da Fase de Lances:** das 08h às 16h

**Link:** <https://www.gov.br/compras>

**Critério de Julgamento:** *menor preço por item.*

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada fornecimento de materiais eletrônicos e de informática.

1.1. A contratação ocorrerá conforme Demanda de Contratação e anexos.

1.1.1. O valor máximo da presente contratação é de R\$ 31.791,72 (trinta e um mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos).

1.1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no site da Câmara Municipal, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.2.1. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras).

2.2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. **Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:**

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:



- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
  - d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.3.5. sociedades cooperativas.
- 2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

### 3. DA EXCLUSIVIDADE ME/EPP

- 3.1. Nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, este Aviso de Contratação Direta será de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.2. Será aplicado o art. 9º, inciso III e § 2º, do Decreto nº 8.581, de 19 de novembro de 2019 que poderá ser concedida, justificadamente, **prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.**
  - 3.2.1. Ao priorizar microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, promovemos o desenvolvimento econômico da comunidade, estimulando a geração de empregos e fortalecendo a economia local.
  - 3.2.2. Entendemos que a prioridade de contratação local, não restringe o caráter competitivo do certame, pois permite a participação de todas as empresas do ramo, situadas local e regionalmente, assim como de qualquer local do Brasil.
  - 3.2.3. A referida condição não é uma imposição arbitrária da Administração, consequência de preferências pessoais e/ou subjetivas do administrador, objetivando prestigiar determinados licitantes em detrimento de outros. Esta condição não está ferindo o princípio da isonomia, mas, sim, visando o melhor atendimento ao interesse público.
- 3.3. **A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá ser contratada sendo pago até 10% (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que previsto no ato convocatório e se este valor for compatível com a realidade do mercado, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.**

### 4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.



- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
  - 4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  - 4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
  - 4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
  - 4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).



- 4.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.11. *Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).*
- 4.11.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*
- 4.11.1.1. *Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;*
- 4.11.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*
- 4.11.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

## **5. FASE DE LANCES**

- 5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 um real**).
- 5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



- 5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço.
- 6.2. Caso o condutor da dispensa eletrônica tenha dúvidas sobre a razoabilidade dos lances apresentados, este poderá realizar uma outra pesquisa de mercado concomitante, e solicitar a justificativa sobre os lances apresentados.
  - 6.2.1. Não sendo justificável os lances apresentados, todos eles serão desclassificados.
    - 6.2.1.1. Nesse caso, nos termos do inc. II, do art. 32 do Decreto Municipal nº 9.442, de 2023, será fixado prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas.
- 6.3. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço aceitável pela administração para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
  - 6.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível.
  - 6.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço aceitável pela administração para a contratação.
- 6.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o aceitável para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 6.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global





ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 6.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a executabilidade da proposta.
- 6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) [SICAF](#);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União  
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

- d) Consulta de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública - TCE Paraná.  
(<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>)

7.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade





administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

7.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

7.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) e/ou o fornecedor anexar os documentos de habilitação do anexo I

7.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação. (art. 61, da Resolução nº 6, de 24 de abril de 2023).

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **8. CONTRATAÇÃO**

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco.) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

8.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

8.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

8.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na Demanda de Contratação.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **9. DOTAÇÃO**

9.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

9.1.1. 01 – 01 – Poder Legislativo, 001- Câmara Municipal, 01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores, 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes..

## **10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- 10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.10.2. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.1.11. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 20% ( vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lotes(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.1 a 10.1.12 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.1 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente



([art. 156, §8º](#)).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

10.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.11. as peculiaridades do caso concreto;

10.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

10.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

10.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

10.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se



os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

- 11.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 11.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 11.2. As providências dos subitens 11.1.1 e 11.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 11.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 11.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 11.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 11.12.1. ANEXO I – Documentação Exigida para Habilitação
  - 11.12.2. ANEXO II – Modelo da Proposta
  - 11.12.3. ANEXO III – Declaração de Cumprimento
  - 11.12.4. ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar
  - 11.12.5. ANEXO V – Termo de Referência
  - 11.12.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato



Câmara Municipal de  
**FRANCISCO BELTRÃO**

Francisco Beltrão, 26 de junho de 2024.

**IVANIR PAULO PROLO**  
Presidente





## **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto desta licitação são os seguintes:

### **1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 1.5. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

### **2. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 2.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.3. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante.
- 2.4. A regularidade relativa ao FGTS;
- 2.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 2.6. A cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do ANEXO III.



**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA**

**A/C Pregoeiro da  
Câmara Municipal de Francisco  
Beltrão PR Dispensa  
Eletrônica nº XX/2024**

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ Estado do \_\_\_\_\_, telefone/celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_; e-mail: \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe conforme descrito abaixo:

Item	Código	CATMAT	Unidade de medida Nome / Especificação do produto ou serviço	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1204	482633	<b>Nobreak</b> com Processador Digital de Sinais (DSP); Potência constante mínima de 3000VA; Tipo de formato de Onda: Senoidal; Frequência 50/60 Hz; FP igual ou maior a 0,9; Tensão de entrada nominal 120V/220V automático; Tensão de saída nominal 120V / 220v manual; Cabo AC mínimo 1,5m com plugue padrão NBR 14136; Alarmes sonoros: Operação em bateria, Sobrecarga, pouca bateria, Falha na rede, Falha na bateria, Temperatura; Gabinete antichamas; Mínimo 8(seis) tomadas na saída; Quantidade mínima de 8 (oito) Baterias seladas tipo VRLA internas instaladas de fábrica com vida útil entre 2 e 5 anos; mínimo de Oito tomadas na saída; Garantia mínima de 2(dois) ano.	2		
2	1205	<b>473437</b>  <b>sem teclado, tela e mouse</b>	<b>Microcomputador</b> completo com as seguintes características mínimas: processador de 8 núcleos, frequência base mínima de 3.60GHZ; (a geração do processador deverá ser a última disponível pela fabricante) Placa mãe ATX, mínimo de 02 entradas USB 3.0; com conexões VGA, HDMI e DVI; Memória de 8GB DDR5, 2400 Mhz, Unidade SDD de 256GB mínimo; fonte de no mínimo 450 Watts com Certificação mínima 80 Plus White; Gabinete ATX; Licença ORIGINAL Windows 10 PRO OEM Português já instalada (deverá constar o número de série na nota fiscal ou fornecer a label). *Não será aceito computador com processador descontinuado	5		
3	1206	461530	<b>DVR</b> Capacidade de 4 TB; Dados do cache 64 MB; Velocidade de rotação 5400 rpm; Interfaces SATA III; 16 canais	1		
4	1207	479532	<b>Câmeras de segurança</b> câmera VHD 1130 B G7 apresenta imagens em definição HD (720p) Cor Branco Qualidade de resolução Full HD 1080p 1MP 2MP Conexões DVR Com fio.	9		
5	1208	614914	<b>Roteador Wi-Fi</b> Gigabit Dual-Band 10/100/1000, mínimo 867 Mbps em 5 GHz e 300 Mbps em 2.4 GHz; Quatro antenas externas; 1 x Gigabit WAN Porta, 4 x Gigabit LAN Portas. Garantia mínima de 2(dois) ano.	2		
6	1209	261091	<b>Switch de Rede</b> 8 portas Gigabit RJ45 CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE  IEEE 802.3/802.3u/802.3ab/802.3x CSMA/CD	2		



Câmara Municipal de  
**FRANCISCO BELTRÃO**

			Interface 8 Portas 10/100/1000Mbps RJ45(Autonegociação/Auto MDI/MDIX) Quantidade de Ventoinhas Sem Ventoinhas Consumo de Energia Máximo: 4.5W (220V/50Hz) Fonte de Alimentação Externa 100-240VAC, 50/60Hz Garantia mínima de 2(dois) ano.			
TOTAL GLOBAL						R\$

VALIDADE DA PROPOSTA: mínimo de 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estamos cientes das condições apresentadas no termo

de referencia. Francisco Beltrão, \_\_\_\_de \_\_\_\_de 2024.

Assinatura do  
representante legal  
Razão social  
CNPJ:



**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_  
com endereço na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_  
Estado do \_\_\_\_\_, telefone/celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_; e-mail: \_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, vem por meio desta, DECLAR que:

I - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo,  
estando apta a contratar com o poder público.

II - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não  
emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem  
menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir  
dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei  
nº 14.133/21.

III - Compromete-se a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as  
obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

Francisco Beltrão, xxx de xxxxxxxx de 2024

Assinatura do representante legal Razão social  
CNPJ:



## **ANEXO IV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRONICOS E DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO-PR.

### **INTRODUÇÃO**

A Câmara Municipal de Francisco Beltrão-Pr, vem por meio deste instrumento demonstrar a viabilidade técnica e econômica referente a aquisição de material eletrônico e de informática.

### **1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação visa a aquisição de materiais eletrônicos e de informática, para atender às necessidades da Câmara municipal, devido às constantes necessidades de manutenções preventivas e corretivas de materiais eletrônicos e de informática, o que ocorre frequentemente, devido à falta de equipamentos e diante do tempo de uso, cuja novas aquisições sanarão essas necessidades, facilitando sobremaneira a administração e interferindo diretamente na boa prestação de serviços do Poder Legislativo.

Por se tratar de aquisição de bens comuns, serão contratados mediante licitação, na modalidade de dispensa em sua forma eletrônica, e serão exigidos documentos que comprovem a qualificação técnica da empresa mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica. Os materiais serão fornecidos por empresa especializada com ramo de atividade compatível com objeto, devidamente regularizada, e com habilitação em conformidade com o exigido nesse instrumento de convocação e na legislação.

**Fundamentação:** (inciso I, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

### **2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

O atual Plano de Contratação Anual encontra-se em processo de alteração e inclusão de novos itens, inclusive para materiais eletrônicos e de informática, conforme artigo 19 da Resolução 01/2023, sendo que a futura realização da contratação/despesa, constará no Plano de Contratações Anual, tendo em vista que se trata de uma despesa recorrente.

**Fundamentação:** (inciso II, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

### **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Como requisitos indispensáveis para a contratação de empresa especializada em aquisição de material eletrônico e de informática destacamos os seguintes:

- a.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- b.** Remover, substituir e transportar, a suas expensas, todo ou em parte, o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo Máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;



- c. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- d. Comunicar a Contratante, no prazo Máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f. Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.
- g. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto, de até 15% (quinze por cento) do seu valor inicial do Contrato/Nota de Empenho;
- h. Assumir quaisquer danos causados diretamente ao Município e as entidades integrantes ou a terceiros quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da entrega ou causados por seus empregados ou prepostos;
- i. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante.
- J. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compactáveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- l. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos artigos 28 e 29 da Lei Federal nº 8.666/93.
- m. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos conforme disciplinado no artigo 31, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.

**Fundamentação:** (inciso III, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

#### 4 - ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

ITEM	CÓDIGO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA Nome / Especificação do produto/serviço	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		482633	<b>Nobreak</b> com Processador Digital de Sinais (DSP); Potência constante mínima de 3000VA; Tipo de formato de Onda: Senoidal; Frequência 50/60 Hz; FP igual ou maior a 0,9; Tensão de entrada nominal 120V/220V automático; Tensão de saída nominal 120V / 220v manual; Cabo AC mínimo 1,5m com plugue padrão NBR 14136; Alar mes sonor os: Operação em bateria, Sobrecarga, pouca bateria, Falha na rede, Falha na bateria, Temperatura; Gabinete antichamas; Mínimo 8(seis) tomadas na saída; Quantidade mínima de 8 (oito) Baterias seladas tipo VRLA internas instaladas de fábrica com vida útil entre 2 e 5 anos; mínimo de Oito tomadas na saída; Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$ 5.700,00	R\$ 11.400.00





2		473437  sem teclado, tela e mouse	<b>Microcomputador</b> completo com as seguintes características mínimas: processador de 8 núcleos, frequência base mínima de 3.60GHZ; (a geração do processador deverá ser a última disponível pela fabricante) Placa mãe ATX, mínimo de 02 entradas USB 3.0; com conexões VGA, HDMI e DVI; Memória de 8GB DDR5, 2400 Mhz, Unidade SDD de 256GB mínimo; fonte de no mínimo 450 Watts com Certificação mínima 80 Plus White; Gabinete ATX; Licença ORIGINAL Windows 10 PRO OEM Português já instalada (deverá constar o número de série na nota fiscal ou fornecer a label). *Não será aceito computador com processador descontinuado.	5	R\$ 3,150,00	R\$ 15.750,00
3		461530	<b>DVR</b> Capacidade de 4 TB; Dados do cache 64 MB; Velocidade de rotação 5400 rpm; Interfaces SATA III; 16 canais	1	R\$ 1.697,20	R\$ 1.697,20
4			<b>Câmeras de segurança</b> câmera VHD 1130 B G7 apresenta imagens em definição HD (720p) Cor Branco Qualidade de resolução Full HD 1080p 1MP 2MP Conexões DVR Com fio.	9	R\$ 227,88	R\$ 2.050,92
5		614914	<b>Roteador Wi-Fi</b> Gigabit Dual-Band 10/100/1000, mínimo 867 Mbps em 5 GHz e 300 Mbps em 2.4 GHz; Quatro antenas externas; 1 x Gigabit WAN Porta, 4 x Gigabit LAN Portas. Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$ 210,00	R\$ 420,00
6		261091	<b>Switch de Rede</b> 8 portas Gigabit RJ45 CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE IEEE 802.3/802.3u/802.3ab/802.3x CSMA/CD Interface 8 Portas 10/100/1000Mbps RJ45(Autonegociação/Auto MDI/MDIX) Quantidade de Ventoinhas Sem Ventoinhas Consumo de Energia Máximo: 4.5W (220V/50Hz) Fonte de Alimentação Externa 100-240VAC, 50/60Hz Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$ 236,80	R\$ 473,60
<b>TOTAL GLOBAL</b>						<b>R\$ 31.791,72</b>

Ressaltamos que o presente Estudo Técnico preliminar elaborado por este órgão, servira de base para a obtenção deste objeto pela câmara municipal, por meio da abertura do plano de suprimento



de demanda, onde se fará o levantamento do quantitativo necessário com a devida justificativa, caso haja necessidade. (o quantitativo ora apresentado refere-se à necessidade da Câmara Municipal de Francisco Beltrão).

**Fundamentação:** (inciso IV, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

## **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

### **CONSULTA AO PNCP E PAINEL DE PREÇO**

Prioritariamente, foram realizadas buscas de preços através da composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Painel de Preços do Sistema de Compras do Governo Federal, onde foi possível encontrar alguns resultados que possam compor os preços dos itens similares aos pretendidos na contratação, auxiliando também no processo de padronização dos itens, através do código CATMAT.

### **DOS ANEXOS**

Os documentos que comprovam os preços levantados, bem como a planilha consolidada encontram-se em anexos.

O agente responsável pela pesquisa de preço certifica que as pesquisas de preços foram realizadas conforme as normas estabelecidas pelo Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Para essa solução, levantamos um valor referencial estimado com base nos valores de editais, atas e contratos encontrados no PNCP.

O valor referencial estimado corresponde a **R\$ 31.841,72 (trinta e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos)**.

**Fundamentação:** (inciso VI, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

## **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A aquisição ora pretendida visa suprir as demandas de materiais eletrônicos e informática, necessários para a fluidez dos serviços públicos da Câmara Municipal e os quantitativos foram definidos mediante a coleta de informações através do setor de gestão de contratos.

A presente solução para além do já descrito, promoverá a participação dos cidadãos e a transparência na gestão pública; a contratação realizar-se-á por meio da modalidade de dispensa eletrônica, regendo-se pela Lei 14.133/2021.

Na análise, foi identificado que esta solução é a mais adotada por outros municípios, assim como também por esta administração pública, na aquisição dos objetos deste estudo.

**Fundamentação:** (inciso VII, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

## **8 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**



O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, em que o objeto for divisível e desde que seja verificado não haver prejuízo para conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando assim proporcionar ampla participação dos licitantes.

Quanto ao agrupamento de itens no certame, se destina a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além de propiciar economia de escala, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência do serviço a ser prestado. Portanto, diante das duas possibilidades, em se tratando de material eletrônico e de informática, as compras devem ocorrer de forma individualizada, buscando-se o menor preço por item, aos incisos I, II e III do §2º do artigo 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como à Súmula 247 do TCU, transcrita a seguir:

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se à essa divisibilidade".*

**Fundamentação:** (inciso VIII, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

## **9 – DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A futura contratação propiciará melhor planejamento, economia e desempenho daqueles que fazem uso deste tipo de material, evitando paralisações ou prejuízos decorrentes de material com estoque baixo ou indisponíveis.

**Fundamentação:** (inciso IX, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

## **10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Frisa-se que não há necessidade de adequação do ambiente da organização para que a aquisição surta seus efeitos pretendidos.

Por se tratar de aquisição de serviços de material eletrônico e de informática, entendemos que não se faz necessária adequações e capacitação de servidores, tendo em vista que o bem a ser adquirido é de fácil manuseio.

**Fundamentação:** (inciso X, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

## **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

No que concerne a contratações correlatas, a Câmara Municipal não possui contratação semelhante para o atual objeto. Dessa forma, faz-se necessário um novo processo licitatório de contratação para a aquisição desses itens.

Não serão necessárias contratações interdependentes para que o objeto surta os efeitos pretendidos.

**Fundamentação:** (inciso XI, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).



## **12 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos - Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: - A contratada deverá adotar na retirada de resíduos dos aparelhos, prática de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização; - Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes; - Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final. Ademais, registram-se as recomendações contidas na Norma Regulamentadora NR-17, em especial quanto às condições mínimas de conforto climático nos ambientes onde se desenvolvem atividades intelectuais: "(...) A organização deve adotar medidas de controle da temperatura, da velocidade do ar e da umidade com a finalidade de proporcionar conforto térmico nas situações de trabalho, observando-se o parâmetro de faixa de temperatura do ar entre 18 e 25 °C para ambientes climatizados. (...)".



**Fundamentação:** (inciso XII, do § 1º, do art.18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

### **13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Considerando os estudos preliminares, declaramos a viabilidade de aquisição do objeto através da solução de processo licitatório na modalidade de dispensa eletrônica, uma vez que se demonstra viável, em termos de disponibilidade no mercado, econômica e tecnicamente, além de necessária e adequada ao fim que se destina. Diante de toda a análise desenvolvida, o presente estudo evidencia que a aquisição do objeto visa atender as demandas da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente demanda. Portanto, declara-se viável e razoável a realização da presente solução.

**Fundamentação:** (inciso XIII, do § 1º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

---

LEANDRO ROAS  
Diretor Administrativo



## ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1-DO OBJETO:

Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos eletrônicos e de informática, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Francisco Beltrão-PR, conforme quantidade, condições e exigências estabelecidas abaixo:

ITEM	CÓDIGO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA Nome / Especificação do produto/serviço	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		482633	<b>Nobreak</b> com Processador Digital de Sinais (DSP); Potência constante mínima de 3000VA; Tipo de formato de Onda: Senoidal; Frequência 50/60 Hz; FP igual ou maior a 0,9; Tensão de entrada nominal 120V/220V automático; Tensão de saída nominal 120V / 220v manual; Cabo AC mínimo 1,5m com plugue padrão NBR 14136; Alarmes sonoros: Operação em bateria, Sobrecarga, pouca bateria, Falha na rede, Falha na bateria, Temperatura; Gabinete antichamas; Mínimo 8(seis) tomadas na saída; Quantidade mínima de 8 (oito) Baterias seladas tipo VRLA internas instaladas de fábrica com vida útil entre 2 e 5 anos; mínimo de Oito tomadas na saída; Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$ 5.700,00	R\$ 11.400.00
2		473437  sem teclado, tela e mouse	<b>Microcomputador</b> completo com as seguintes características mínimas: processador de 8 núcleos, frequência base mínima de 3.60GHZ; (a geração do processador deverá ser a última disponível pela fabricante) Placa mãe ATX, mínimo de 02 entradas USB 3.0; com conexões VGA, HDMI e DVI; Memória de 8GB DDR5, 2400 Mhz, Unidade SDD de 256GB mínimo; fonte de no mínimo 450 Watts com Certificação mínima 80 Plus White; Gabinete ATX; Licença ORIGINAL Windows 10 PRO OEM Português já instalada (deverá constar o número de série na nota fiscal ou fornecer a label). *Não será aceito computador com processador descontinuado.	5	R\$ 3,150,00	R\$ 15.750,00





3		461530	<b>DVR</b> Capacidade de 4 TB; Dados do cache 64 MB; Velocidade de rotação 5400 rpm; Interfaces SATA III; 16 canais	1	R\$ 1.697,20	R\$ 1.697,20
4		479532	<b>Câmeras de segurança</b> câmera VHD 1130 B G7 apresenta imagens em definição HD (720p) Cor Branco Qualidade de resolução Full HD 1080p 1MP 2MP Conexões DVR Com fio.	9	R\$ 227,88	R\$ 2.050,92
5		614914	<b>Roteador Wi-Fi</b> Gigabit Dual-Band 10/100/1000, mínimo 867 Mbps em 5 GHz e 300 Mbps em 2.4 GHz; Quatro antenas externas; 1 x Gigabit WAN Porta, 4 x Gigabit LAN Portas. Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$ 210,00	R\$ 420,00
6		261091	<b>Switch de Rede</b> 8 portas Gigabit RJ45 CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE IEEE 802.3/802.3u/802.3ab/802.3x CSMA/CD Interface 8 Portas 10/100/1000Mbps RJ45(Autonegociação/Auto MDI/MDIX) Quantidade de Ventoinhas Sem Ventoinhas Consumo de Energia Máximo: 4.5W (220V/50Hz) Fonte de Alimentação Externa 100-240VAC, 50/60Hz Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$ 236,80	R\$ 473,60
<b>TOTAL GLOBAL</b>						<b>R\$ 31.791,72</b>

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

Os bens objeto desta contratação são de natureza comum.

## 2 - JUSTIFICATIVA:

Justificamos a seguinte contratação do nobreak considerando a necessidade de melhorias no sistema de som do plenário de sessões. Este equipamento se faz necessário a fim de evitar que a mesa de som e demais equipamentos desliguem bruscamente quando da falta de energia elétrica.



Além disso, a compra do nobreak visa atender às demandas da Câmara quanto ao pleno funcionamento e segurança do servidor de rede de computadores. O equipamento atual apresenta defeitos e não mantém o servidor ligado em caso de quedas de energia. Considerando o histórico de oscilações e quedas frequentes na rede de energia de Francisco Beltrão, a aquisição do nobreak é essencial para assegurar o funcionamento do servidor, preservando o patrimônio público e viabilizando as atividades do órgão, incluindo o acesso contínuo ao Portal de Transparência.;

Adicionalmente, identificamos a necessidade de aquisição de roteadores e switch visando também melhorar a transmissão das reuniões de comissões permanentes, bem como melhorar a qualidade de sinal nas dependências do órgão. Os equipamentos adicionais serão mantidos como reserva, para eventual contingência ou necessidade de equipamento.

De outra parte, verificou-se a necessidade de aquisição de novos computadores para sala do presidente da Câmara, direção, assessoria de gabinete e de imprensa, considerando que os utilizados atualmente estão defasados, de forma que foi realizado estudo para remanejamento de equipamentos, ficando ainda a necessidade de aquisição.

### **3 - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DA ANÁLISE DE RISCOS:**

Considerando o disposto no inciso V do art. 21 da Resolução nº. 01/2023, que confere discricionariedade à Administração para elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos, entende-se, para os fins dos presentes autos, que a menor complexidade do objeto e o pequeno valor torna prescindível a necessidade de elaboração desses documentos (art. 75, inc. I e II da Lei 14.133/21), ficando dispensada a apresentação de Análise de Riscos e de Projeto Básico ou Executivo.

### **4- VIGÊNCIA E REAJUSTE:**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da assinatura do Contrato, conforme preconiza o artigo 105, da Lei 14.133/21.

### **5- DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 31,841,72 (Trinta e um mil, oitocentos e quarenta e um real e setenta e dois centavos).**

A metodologia de pesquisa de preços foi embasada na Resolução nº. 01/2023, em seu art. 23, inciso I, mediante a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item



correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.

### **Licitação exclusiva para ME/EPP:**

Para o presente processo licitatório, verificou-se que há fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme orçamentos em anexo, desta forma, aplica-se o tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento a Lei Complementar Nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014.

### **6-FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:**

Base legal aplicável: Lei Federal nº. 14.133/2021 e Resolução nº. 01/2023.

A presente Dispensa de Licitação tem como fundamento o art. 75, Inciso II, da Lei nº. 14.133/2021:

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

*II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;*

### **7- EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega:**

Os equipamentos serão entregues pela contratada, de acordo com a demanda enviada pela contratante.

Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 10(dez) dias úteis a contar do envio da Nota de Empenho.

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Tenente Camargo, 2173 Francisco Beltrão, PR — CEP: 85601-610;

Garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

Os custos referentes ao transporte dos equipamentos serão de responsabilidade do Contratado

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no



prazo máximo de 15 (quinze dias), a contar da notificação da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **8- DAS OBRIGAÇÕES**

### **Obrigações da Contratada:**

Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, informando a Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

Certificar-se preliminarmente de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e na proposta de preço apresentada, aos quais se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas. A Contratada estará sujeita à fiscalização dos serviços executados, reservando-se ao legislativo, através do gestor e/ou fiscal da ata de registro de preços/contrato, o direito de não receber os serviços prestados, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias, má qualidade e divergentes das especificações contratuais.

Entregar os equipamentos solicitados nos prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

Comunicar a Contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega dos serviços, objeto da Dispensa de Licitação.

Comunicar imediatamente e por escrito, ao fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

Garantir a qualidade dos equipamentos, de acordo com as especificações contidas no Edital e na proposta de preço apresentada, ficando a licitante vencedora obrigada a corrigir, remover ou substituir em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

A Contratada deverá indicar um preposto que ficará responsável pelos serviços, esse preposto deverá atender a Contratante sempre que solicitado.

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto se previamente autorizado pelo gestor e/ou fiscal do contrato.



Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - conforme Lei no 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

Não manter em seu quadro de pessoal menores de idade em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

#### **Obrigações da contratante:**

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Prestar as informações, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega do objeto solicitado.

Comunicar à contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

Proceder ao recebimento provisório dos serviços e, não havendo mais pendências, a administração promoverá o recebimento definitivo, designado pelo Município.

Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições da entrega da prestação dos itens, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.

Notificar formal e tempestivamente a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

Atestar, através de servidor responsável Nota(s) Fiscal(is)/Fatura emitida(s) pela contratada referentes aos itens.

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

#### **9-GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

A gestão e a fiscalização de contrato serão desempenhadas pelo Diretor Administrativo da Câmara Municipal, na forma do art. 6º da Resolução nº. 01/2023.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

#### **10-FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021):**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

Conforme art. 44 da Resolução nº. 01/2023, por se tratar de contratação com valor inferior a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, somente será exigida a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista.

Se a(s) documentações apresentadas(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) documentos e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas no aviso de contratação direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

#### **11- RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO:**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento e em indicação contábil.





O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis contados após o recebimento do objeto e mediante emissão do termo detalhado definitivo, apresentação da respectiva nota fiscal/fatura.

O pagamento será realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

A nota fiscal deve ser emitida dentro do padrão uniforme estabelecido pelo ente federativo responsável e não poderá conter qualquer rasura ou elemento que prejudique a compreensão exata de seu conteúdo, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações: 1) data de emissão; 2) número do contrato ou da nota de empenho e ata de registro de preços, conforme o caso; 3) descrição resumida do objeto fornecido ou serviço prestado; 4) período respectivo de execução do contrato se for o caso; 5) valor a pagar; e 6) eventual destaque do valor de retenções tributárias aplicáveis.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRC para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **12- DAS SANÇÕES:**

As sanções administrativas a serem adotadas neste processo de dispensa de licitação fazem referência ao art. 156 da Lei Nº 14.133/21



**13- DADOS DA SOLICITAÇÃO:**

Data de envio do termo 10/06/2024

Câmara Municipal de Francisco Beltrão- Pr

- Nome do elaborador deste Termo de Referência: Leandro Roas
- Telefone para Contato: (46) 2601-0410
- Anexos a este Termo encontram-se os documentos que deram base à solicitação.

Francisco Beltrão – Pr, 10 de junho de 2024.

---

LEANDRO ROAS - DIRETOR

---

IVANIR PAULO PROLO – PRESIDENTE



## **TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, IVANIR PAULO PROLO, na qualidade de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, no uso de minhas atribuições legais e, considerando a necessidade da contratação de empresa para fornecimento de equipamentos eletrônicos e de informática, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Francisco Beltrão-PR; considerando a justificativa, a definição do objeto, e demais especificações constantes no termo de referência anexo aos autos, AUTORIZO a abertura do procedimento licitatório, com a utilização de recursos oriundos do orçamento vigente, e determino ao setor competente o impulso do procedimento adequado à seleção de fornecedor/prestador (licitação ou contratação direta) conforme for à hipótese legal mais vantajosa ao Erário Municipal.

Francisco Beltrão – Pr, 10 de junho de 2024.

**IVANIR PAULO PROLO**

Presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão



## Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

### Informações básicas

<b>Número da Pesquisa</b>	<b>UASG</b>	<b>Status</b>	<b>Editado por</b>
72/2024	930042	Rascunho	LEANDRO ROAS
<b>Título:</b> nobreaks			
<b>Observações:</b>			
<b>Total de itens cotados:</b> 1		<b>Valor total da pesquisa de preços:</b> R\$ 11.400,0000	

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
-------------------	-------------------------	------------

482633 - Estabilizador Tensão Tensão Alimentação Entrada: Bivolt V, Características Adicionais: Comunicação Com Interface Usb , Frequência: 40hz - 70hz HZ, Tipo: Nobreak , Quantidade Tomadas Saída: 12 Tomadas 2p+T , Tensão Saída: Bivolt V, Capacidade Nominal: 3 KVA, Tipo Alarme: Sonoro , Bateria: Selada

Unidade

2

### Consolidação dos preços cotados

<b>Menor Preço</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Coefficiente de Variação:</b> 16,6117%
R\$ 4.583,1600	R\$ 5.761,5300	R\$ 5.700,0000	<b>Desvio Padrão:</b> 957,0855
			<b>Maior Preço:</b> R\$ 7.425,0000

**Método de cálculo adotado:** Mediana

### Filtro Aplicado

**Período:** 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Com
1	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.723,2800	03/06/2024	Não
2	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 378,0000	03/06/2024	Não
3	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.196,8000	03/06/2024	Não
4		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 13.936,2000	27/05/2024	Não
5		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	104	Unidade	R\$ 216,0000	15/05/2024	Não
6		TRIBUNAL DE JUSTICA DO PIAUI - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 42.700,0000	25/04/2024	Não
7		TRIBUNAL DE JUSTICA DO PIAUI -	4	Unidade	R\$ 38.000,0000	25/04/2024	Não
			50	Unidade	R\$ 250,0000	18/04/2024	Não



8 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE -

Compras.gov.br

9	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 1.000,0000	11/04/2024	Não
10	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.021,0000	05/04/202	Não

4

COMANDO DO EXERCITO - C

	I	gov.br	2	Unidade	R\$ 1.790,0000	04/04/2024	Não
11	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.020,0000	01/04/2024	Não
12	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.000,0000	01/04/2024	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2.099,0000	21/03/2024	Não
15	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 627,2000	28/02/2024	Não
16		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.649,7300	27/02/2024	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 100,0000	26/02/2024	Não
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 100,0000	26/02/2024	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 121,9000	26/02/2024	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	85	Unidade	R\$ 100,0000	26/02/2024	Não
21		INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 499,0000	21/02/2024	Não
22		INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 479,0000	21/02/2024	Não
23		INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	105	Unidade	R\$ 348,0000	21/02/2024	Não
24		INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	115	Unidade	R\$ 445,0000	21/02/2024	Não
25		INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	71	Unidade	R\$ 691,2700	19/02/2024	Não
26		FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS - Compras.gov.br	229	Unidade	R\$ 634,9500	19/02/2024	Não
27		FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 563,9900	09/02/2024	Não
28		PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS -RJ - Compras.gov.br	44	Unidade	R\$ 1.022,0000	01/02/2024	Não
29		PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS -RJ - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 5.956,4900	30/01/2024	Sim
30		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 5.700,0000	30/01/2024	Sim
31		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 7.425,0000	09/01/2024	Sim
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 3.600,0000	09/01/2024	Não
33		UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	202	Unidade	R\$ 80,0000	09/01/2024	Não
34		UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	31	Unidade	R\$ 8.876,9400	27/12/2023	Não
35		UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	93	Unidade	R\$ 7.600,0000	27/12/2023	Não
36		ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 250,0000	20/12/2023	Não
37		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 57,0000	20/12/2023	Não
38		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2.101,3200	13/12/2023	Não
39		UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.197,5000	12/12/2023	Não
40		PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 4.583,1600	12/12/2023	Sim
41		DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 605,0000	08/12/2023	Não
42		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.206,9700	07/12/2023	Não
43		UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.922,0000	07/12/2023	Não







## Câmara Municipal de

# FRANCISCO BELTRÃO

44	I	Compras.gov.br	20 Unidade	R\$ 425,0000	06/12/2023	Não
45	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	10 Unidade	R\$ 3.500,0000	01/12/2023	Não
46	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 7.500,0000	30/11/2023	Não
47		ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	30 Unidade	R\$ 480,0000	27/11/2023	Não
48		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10 Unidade	R\$ 1.949,9700	27/11/2023	Não
49		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	14 Unidade	R\$ 5.143,0000	27/11/2023	Sim
50		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2 Unidade	R\$ 2.245,8400	22/11/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 05/06/2024 13:47

# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

## Informações básicas

**Número da Pesquisa**

75/2024

**UASG**

930042

**Status**

Rascunho

**Editado por**

LEANDRO ROAS

**Título:** 473437**Observações:****Total de itens cotados:** 1**Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 3.150,0000

## Itens cotados


Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
473437 - Microcomputador Memória Ram: Superior A 8 GB, Núcleos Por Processador: 4 A 8 , Armazenamento Hdd: 1 TB., Armazenamento Ssd: 110 A 300 , Monitor: Sem Monitor POL, Componentes Adicionais: Sem Teclado E Mouse , Sistema Operacional: Sem Sistema Operacional , Garantia On Site: 24 MESES, Gabinete: Torre	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
<b>Menor Preço</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>
R\$ 3.150,0000	R\$ 3.150,0000	R\$ 3.150,0000
Coeficiente de Variação: 0,0000% Desvio Padrão: 0,0000 Maior Preço: R\$ 3.150,0000		
<b>Método de cálculo adotado:</b> Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 6.200,0000	06/09/2023	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	15	Unidade	R\$ 6.200,0000	06/09/2023	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 10.831,0000	06/09/2023	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	15	Unidade	R\$ 10.831,0000	06/09/2023	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	10	Unidade	R\$ 5.140,0000	06/09/2023	Não
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 3.150,0000	18/07/2023	Sim

**Legenda:**  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 06/06/2024 08:01

## Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

## Informações básicas

## Número da Pesquisa

78/2024

## UASG

930042

## Status

Rascunho

## Editado por

LEANDRO ROAS

Título: DVR

## Observações:

Total de itens cotados: 1

Valor total da pesquisa de preços: R\$ 1.697,2000

## Itens cotados

## Item: 1

## Descrição do item

461530 - Sistema Circuito Fechado Tv Componentes: Dvr 16 Canais , Tipo Sistema: Gravação Digital , Aplicação: Sistema De Segurança , Características Adicionais: Gravação Com Resolução De Até 5 Megapixels

## Unidade de Fornecimento

Conjunto

## Quantidade

1

## Consolidação dos preços cotados

## Menor Preço

R\$ 1.476,1000

## Média

R\$ 1.720,0975

## Mediana

R\$ 1.697,2000

Coeficiente de Variação: 10,4562%

Desvio Padrão: 179,8566

Maior Preço: R\$ 2.000,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Conjunto	R\$ 650,0000	04/06/2024	Não
2	I	PREFEITURA DE MARIPÁ - PR - Compras.gov.br	9	Conjunto	R\$ 953,6200	03/06/2024	Não
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPá - Compras.gov.br	2	Conjunto	R\$ 2.444,9000	21/05/2024	Não
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPá - Compras.gov.br	4	Conjunto	R\$ 1.964,2800	21/05/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Conjunto	R\$ 1.600,0000	23/04/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Conjunto	R\$ 1.214,0000	23/04/2024	Não
7	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	30	Conjunto	R\$ 550,0000	17/04/2024	Não
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 1.764,4000	09/04/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Conjunto	R\$ 645,0000	05/04/2024	Não

10	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	4	Conjunto	R\$ 2.000,0000	26/03/2024	Sim
11	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 850,0000	22/03/2024	Não
12	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Conjunto	R\$ 800,0000	11/03/2024	Não
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Conjunto	R\$ 1.190,0000	26/02/2024	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Conjunto	R\$ 1.199,0000	26/02/2024	Não
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	28	Conjunto	R\$ 1.200,0000	26/02/2024	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18	Conjunto	R\$ 1.180,0000	26/02/2024	Não
17	I	ESTADO DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12	Conjunto	R\$ 573,8000	02/02/2024	Não
18	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 2.394,5500	17/01/2024	Não
19	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	30	Conjunto	R\$ 1.500,0000	10/01/2024	Não
20	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	6	Conjunto	R\$ 1.786,0000	02/01/2024	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	72	Conjunto	R\$ 1.358,0000	27/12/2023	Não
22	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	25	Conjunto	R\$ 1.117,0000	20/12/2023	Não
23	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 948,3800	12/12/2023	Não
24	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 877,8400	12/12/2023	Não
25	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 16.628,0000	11/12/2023	Não
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 999,0000	27/11/2023	Não
27	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 1.087,9000	23/11/2023	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Conjunto	R\$ 650,0000	22/11/2023	Não
29	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	4	Conjunto	R\$ 1.140,0000	20/11/2023	Não
30	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	4	Conjunto	R\$ 1.225,0000	20/11/2023	Não
31	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2	Conjunto	R\$ 1.330,0000	20/11/2023	Não
32	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	180	Conjunto	R\$ 778,2900	17/11/2023	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Conjunto	R\$ 2.550,0000	14/11/2023	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 1.248,0000	13/11/2023	Não
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 772,9900	10/11/2023	Não
36	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	2	Conjunto	R\$ 1.318,6800	31/10/2023	Não
37	I	ESTADO DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	20	Conjunto	R\$ 670,9000	20/10/2023	Não
38	I	ESTADO DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	60	Conjunto	R\$ 670,9000	20/10/2023	Não
39	I	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - Compras.gov.br	54	Conjunto	R\$ 533,0000	19/10/2023	Não
40	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Conjunto	R\$ 1.540,0000	17/10/2023	Sim
41	I	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - MT - Compras.gov.br	3	Conjunto	R\$ 1.476,1000	09/10/2023	Sim
		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO -					



Câmara Municipal de

**FRANCISCO BELTRÃO**



## Câmara Municipal de FRANCISCO BELTRÃO

42	I	Compras.gov.br	2 Conjunto	R\$ 1.082,9900	29/09/2023	Não
43	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	1 Conjunto	R\$ 1.630,0000	29/09/2023	Sim
44	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	15 Conjunto	R\$ 1.194,9800	28/09/2023	Não
45	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1 Conjunto	R\$ 987,3900	27/09/2023	Não
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE - Compras.gov.br	1 Conjunto	R\$ 949,9800	22/09/2023	Não
47	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	7 Conjunto	R\$ 1.299,0000	20/09/2023	Não
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25 Conjunto	R\$ 798,0000	18/09/2023	Não
49	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 Conjunto	R\$ 274,9000	15/09/2023	Não
50	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	11 Conjunto	R\$ 379,4500	11/09/2023	Não

**Legenda:** ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 06/06/2024 08:22

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



## Relatório de pesquisa de preço

### Relatório Resumido

#### Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
80/2024	930042	Rascunho	LEANDRO ROAS

**Título:** ROTEADOR

**Observações:**

**Total de itens cotados:** 1      **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 420,0000

#### Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
614914 - Roteador Tipo Linha: Ip Sem Fio , Protocolo Lan: 4 PortasLan 10 , Protocolo Wan: 1 Porta 10/100/1000mbps , Velocidade: 1.266 MBPS, Tensão Alimentação: 110/220 V, Recurso Segurança: Wpa - Wpa2 - Wps , Características Adicionais: 4 Antenas Cobertura Até 200m , Tipo Arquitetura: Dual Band: Padrão Wifi 2,4ghz (Até 400mbps) E 5ghz	Unidade	2
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço R\$ 199,9000	Média R\$ 222,2967	Mediana R\$ 210,0000
Coeficiente de Variação: 11,1904% Desvio Padrão: 24,8760 Maior Preço: R\$ 256,9900		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		PREFEITURA DE CANDÓI – PR – Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 198,0000	03/06/2024	Não
2		PREFEITURA DE MARIPÁ – PR – Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 316,7100	03/06/2024	Não
3	I	ESTADO DO PARANA – Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 209,0000	17/05/2024	Não
4		PREFEITURA DE MERCEDES – PR – Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.175,0000	16/05/2024	Não
5		PREFEITURA DE NOVA FATIMA – PR – Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 105,0000	16/05/2024	Não
6		ESTADO DO AMAZONAS – Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 390,0000	10/05/2024	Não
			75	Unidade	R\$ 390,0000	10/05/2024	Não
			10	Unidade	R\$ 782,2700	30/04/2024	Não



Câmara Municipal de  
**FRANCISCO BELTRÃO**

**7**

ESTADO DO AMAZONAS – Compras.  
gov.br

**8**

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
BELTERRA – PA – Compras.gov.br  
COMANDO DO EXERCITO – Compras.



9	I	gov.br	3a	Unidade	R\$ 199,9000	30/04/2024	Sim
10		ESTADO DAS ALAGOAS – Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 235,0000	29/04/2024	Não
11		ESTADO DAS ALAGOAS – Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 235,0000	29/04/2024	Não
12		COMANDO DO EXERCITO – Compras.gov.br	19	Unidade	R\$ 256,9900	24/04/2024	Sim
13		COMANDO DO EXERCITO – Compras.gov.br	29	Unidade	R\$ 292,9000	24/04/2024	Não
14		COMANDO DO EXERCITO – Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 554,0000	24/04/2024	Não
15		PREFEITURA DE AMPERE – PR – Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 345,0000	10/04/2024	Não
16		PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL/GO – Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 670,0000	26/03/2024	Não
17		PREFEITURA CORONEL BICACO – Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 300,0000	23/03/2024	Não
18		COMANDO DO EXERCITO – Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 210,0000	21/03/2024	Sim
19		COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO – Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.090,0000	21/03/2024	Não
20		ESTADO DE PERNAMBUCO – Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 148,6000	26/02/2024	Não



**Câmara Municipal de FRANCISCO BELTRÃO**

**Legenda:** ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 06/06/2024 08:38

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

**Número da Pesquisa**

82/2024

**UASG**

930042

**Status**

Rascunho

**Editado por**

LEANDRO ROAS

**Título:** seitch**Observações:****Total de itens cotados:** 1**Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 473,6000

### Itens cotados

#### Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
261091 - Switch Quantidade Portas: 8 UN, Tipo Portas: 10/100 Base Tx E Base T, Portas 1000 Base Sx Rj-45 , Velocidade Porta: 10/100 E 1000 Mbps , Alimentação: 100/240 VCA, Frequência: 50 /60 HZ, Aplicação: Transmissão De Dados	Unidade	2
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
<b>Menor Preço</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>
R\$ 233,6000	R\$ 236,8000	R\$ 236,8000
<b>Método de cálculo adotado:</b> Mediana		
Coeficiente de Variação: 1,3514% Desvio Padrão: 3,2000 Maior Preço: R\$ 240,0000		

Filtro Aplicado

**Período:** 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 99,0000	05/06/2024	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 650,0000	13/05/2024	Não
3	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 58,3700	29/04/2024	Não
4	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 233,6000	28/03/2024	Sim
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 115,0000	26/03/2024	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 107,0000	21/03/2024	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 945,0800	19/02/2024	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 945,0800	19/02/2024	Não

9	I	TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 240,0000	19/02/2024	Sim
10	I	PREFEITURA DE MANDIRITUBA - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 69,5200	18/01/2024	Não
11	I	PREFEITURA DE MANDIRITUBA - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 88,2400	18/01/2024	Não
12	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 108,8800	02/01/2024	Não
13	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 189,9000	28/12/2023	Não
14	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 328,7800	20/12/2023	Não
15	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 144,9000	15/12/2023	Não
16	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 9.000,0000	13/12/2023	Não
17	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 130,0000	01/12/2023	Não
18	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 118,0000	30/11/2023	Não
19	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - DF - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 89,9000	24/11/2023	Não
20	I	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS-MT - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.310,0000	09/11/2023	Não
21	I	MINISTERIO DOS TRANSPORTES - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 1.243,7500	07/11/2023	Não
22	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 847,0000	20/10/2023	Não
23	I	PMSP - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 132,0000	19/10/2023	Não
24	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 114,3500	06/10/2023	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 788,0000	06/10/2023	Não
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	145	Unidade	R\$ 109,9000	21/09/2023	Não
27	I	PREFEITURA DE JOAQUIM TÁVORA - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 100,0000	13/09/2023	Não
28	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 158,0000	30/08/2023	Não
29	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 120,0000	29/08/2023	Não
30	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 177,9800	28/08/2023	Não
31	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE - RS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 74,3900	14/08/2023	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 1.800,0000	09/08/2023	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 756,0000	09/08/2023	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 63,0000	20/07/2023	Não
35	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 163,0000	11/07/2023	Não
36	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 124,0000	04/07/2023	Não
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 990,0000	07/06/2023	Não



5 Unidade  
Câmara Municipal de

20 Unidade  
**FRANCISCO BELTRÃO**

**Legenda:** ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 06/06/2024 09:30

## Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

## Informações básicas

## Número da Pesquisa

126/2024

## UASG

930042

## Status

Rascunho

## Editado por

LEANDRO ROAS

## Título:

## Observações:

Total de itens cotados: 1

Valor total da pesquisa de preços: R\$ 2.050,9200

## Itens cotados

## Item: 1

## Descrição do item

479532 - Câmera Vídeo De Segurança Tipo Sensor: Speed Dome ,  
Resolução Horizontal: 1920 MPX, Resolução Vertical: 1080 MP

## Unidade de Fornecimento

Unidade

## Quantidade

9

## Consolidação dos preços cotados

## Menor Preço

R\$ 121,0000

## Média

R\$ 403,7540

## Mediana

R\$ 227,8800

Coeficiente de Variação: 166,4287%

Desvio Padrão: 671,9627

Maior Preço: R\$ 2.900,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

## Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.790,0000	23/05/2024	Não
2		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.750,0000	30/04/2024	Não
3		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 5.585,0000	30/04/2024	Não
4		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.266,9900	15/04/2024	Não
5		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.740,0000	12/04/2024	Não
6		PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 4.820,0000	09/04/2024	Não
7		SECRETARIA DE EST.DE ADMINIST. PENITENCIÁRIA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 437,7200	18/03/2024	Não
8		SECRETARIA DE EST.DE ADMINIST. PENITENCIÁRIA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 1.600,0000	18/03/2024	Não
		DEPARTAMENTO DE POLICIA	1	Unidade	R\$ 8.433,0000	17/03/2024	Não
		gov.br					

	gov.br	5	Unidade	R\$ 2.900,0000	26/02/2024	Sim
	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2.949,5000	26/02/2024	Não
11	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1.993,9400	26/02/2024	Não
12	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 2.990,0000	26/02/2024	Não
13	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 371,8400	08/02/2024	Sim
14	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 170,0000	05/02/2024	Sim
15	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 3.329,7900	29/12/2023	Não
16	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3.205,0000	20/12/2023	Não
17	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE - Compras.gov.br	127	Unidade	R\$ 278,0000	20/12/2023	Sim
18	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 3.111,1100	07/12/2023	Não
19	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE BRASÍLIA - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 9.000,0000	06/12/2023	Não
20	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 129,0000	04/12/2023	Sim
21	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 2.300,0000	29/11/2023	Não
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	393	Unidade	R\$ 386,5900	17/11/2023	Não
23	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	81	Unidade	R\$ 7.900,0000	09/11/2023	Não
24	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 499,8000	08/11/2023	Não
25	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 362,0000	07/11/2023	Não
26	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 6.950,0000	07/11/2023	Não
27	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	54	Unidade	R\$ 227,8800	06/11/2023	Sim
28	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 379,0000	25/10/2023	Sim
29	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 3.148,0000	18/10/2023	Não
30	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 159,0000	17/10/2023	Sim
31	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 4.771,0000	06/10/2023	Não
32	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4.771,0000	06/10/2023	Não
33	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2.789,9900	28/09/2023	Não
34	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3.734,6300	28/09/2023	Não
35	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 145,0000	28/09/2023	Sim
36	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 1.792,7300	18/09/2023	Não
37	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 288,9800	04/09/2023	Sim
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 317,1100	04/09/2023	Não
39	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 780,0000	22/08/2023	Não
40	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS -					

42

43

44

45

46

47

48

49

50

41 I PR - Compras.gov.br

PREFEITURA DE MERCEDES - PR -  
Compras.gov.brCOMANDO DO EXERCITO - Compras.  
gov.brCOMANDO DO EXERCITO - Compras.  
gov.brFUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E  
ESTATISTICA - Compras.gov.brCOMANDO DO EXERCITO - Compras.  
gov.brFUNDACAO UNIVERSIDADE DO  
AMAZONAS - Compras.gov.brESTADO DO RIO DE JANEIRO -  
Compras.gov.brCOMANDO DA MARINHA - Compras.  
gov.brCOMANDO DA MARINHA - Compras.  
gov.br

Câmara Municipal de

Francisco Beltrão

R\$ 5.000,0000

22/08/2023

Não

R\$ 2.347,6500

17/08/2023

Não

R\$ 121,0000

11/08/2023

Sim

R\$ 224,0000

09/08/2023

Sim

R\$ 144,0000

03/08/2023

Sim

R\$ 229,6300

19/07/2023

Sim

R\$ 288,9800

11/07/2023

Sim

R\$ 2.680,0000

10/07/2023

Não

R\$ 6.528,0000

30/06/2023

Não

R\$ 1.852,0000

30/06/2023

Não

**Legenda:** ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 17/06/2024 13:40

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



## ANEXO VI – TERMO DE MINUTA DE CONTRATO

### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

Contrato de aquisição de materiais nº XXX/2024, que entre si celebram de um lado a Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão e de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, a Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, com sede na Rua Tenente Camargo, nº 2173, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.686.557/0001/15, neste ato representado pelo Presidente, senhor I V A N I R P A U L O P R O L O , inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante designado CONTRATANTE e de outro, XXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXX, XXXX, CEP: XXXXXX, XXXX, na cidade de XXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXX, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/2021, ajustam o presente contrato de prestação de serviços em decorrência da dispensa de licitação nº 011/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada, para aquisição de aparelhos eletrônicos e de informática, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Francisco Beltrão – PR, de acordo com as especificações abaixo:

ITEM	CÓDIGO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA Nome / Especificação do produto/serviço	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1204	482633	<b>Nobreak</b> com Processador Digital de Sinais (DSP); Potência constante mínima de 3000VA; Tipo de formato de Onda: Senoidal; Frequência 50/60 Hz; FP igual ou maior a 0,9; Tensão de entrada nominal 120V/220V automático; Tensão de saída nominal 120V / 220v manual; Cabo AC mínimo 1,5m com plugue padrão NBR 14136; Alarmes sonoros: Operação em bateria, Sobrecarga, pouca bateria, Falha na rede, Falha na bateria, Temperatura; Gabinete antichamas; Mínimo 8(seis) tomadas na saída; Quantidade mínima de 8 (oito) Baterias seladas tipo VRLA internas instaladas de fábrica com vida útil entre 2 e 5 anos; mínimo de Oito tomadas na saída; Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$	R\$
2	1205	473437  Sem teclado, tela e mouse	<b>Microcomputador</b> completo com as seguintes características mínimas: processador de 8 núcleos, frequência base mínima de 3.60GHZ; (a geração do processador deverá ser a última disponível pela fabricante) Placa mãe ATX, mínimo de 02 entradas USB 3.0; com conexões VGA, HDMI e DVI; Memória de 8GB DDR5, 2400 Mhz, Unidade SDD de 256GB mínimo; fonte de no mínimo 450 Watts com Certificação mínima 80 Plus White; Gabinete ATX; Licença ORIGINAL Windows 10 PRO	5	R\$	R\$



			OEM Português, já instalada (deverá constar o número de série na nota fiscal ou fornecer a label). *Não será aceito computador com processador descontinuado.			
3	1206	461530	<b>DVR</b> Capacidade de 4 TB; Dados do cache 64 MB; Velocidade de rotação 5400 rpm; Interfaces SATA III; 16 canais	1	R\$	R\$
4	1207	479532	<b>Câmeras de segurança</b> câmera VHD 1130 B G7 apresenta imagens em definição HD (720p) Cor Branco Qualidade de resolução Full HD 1080p 1MP 2MP Conexões DVR Com fio.	9	R\$	R\$
5	1208	614914	<b>Roteador Wi-Fi</b> Gigabit Dual-Band 10/100/1000, mínimo 867 Mbps em 5 GHz e 300 Mbps em 2.4 GHz; Quatro antenas externas; 1 x Gigabit WAN Porta, 4 x Gigabit LAN Portas. Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$	R\$
6	1209	261091	<b>Switch de Rede</b> 8 portas Gigabit RJ45 CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE IEEE 802.3/802.3u/802.3ab/802.3x CSMA/CD Interface 8 Portas 10/100/1000Mbps RJ45(Autonegociação/Auto MDI/MDIX) Quantidade de Ventoinhas Sem Ventoinhas Consumo de Energia Máximo: 4.5W (220V/50Hz) Fonte de Alimentação Externa 100-240VAC, 50/60Hz Garantia mínima de 2(dois) ano.	2	R\$	R\$
Valor Total						R\$

PARÁGRAFO ÚNICO - A entrega da mercadoria contratada deverá ser executada em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao processo de dispensa nº 010/2024.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço ajustado para a aquisição dos materiais contratados e ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e a CONTRATADA concorda em receber é de R\$ (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx reais).

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada pela Ordem de Serviço (quando houver), devidamente assinadas pelo fiscal designado, acompanhada das CND's do FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o processo de dispensa de licitação nº 10/2024 e consequente contrato, são oriundos da receita própria do Poder Legislativo Municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As faturas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em 01 (uma) via, devidamente regularizada nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento das mercadorias.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento será realizado pelo CONTRATANTE, após regular e devido processamento, através de sua Tesouraria.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao

Rua Tenente Camargo, 2173 – Centro – Fone/Fax (46) 2601-0410  
85601-610 – Francisco Beltrão – PR – E-mail: licitacao@franciscobeltrao.pr.leg.br



CONTRATANTE, o pagamento será susado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO - As faturas deverão ser entregues e protocoladas na sede do CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos orçamentários estão previstos na conta:

Orgão Unidade	Funcional Programática	Elemento da Despesa
01.001	01.031.0001-2001	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, às Fazendas Federal, Estadual, Municipal e/ou Distrito Federal do domicílio/sede da Contratada e da quitação da Dívida Ativa da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O CONTRATANTE efetuará o desconto dos tributos incidentes sobre o valor contratado, de acordo com a legislação vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA**

Os materiais deverão ser entregues durante o período de 12 (doze) meses, após a data de assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, respeitada a vigência máxima decenal, observado o disposto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o intervalo mínimo de 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato e o reajuste dos preços praticados no contrato utilizará o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA MULTA**

Para a ocorrência de qualquer forma de inadimplência da CONTRATADA, quanto as suas obrigações assumidas em decorrência do presente contrato, seja parcial ou integral, está ficará então sujeita ao pagamento da multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes e demais legislações pertinentes a matéria.

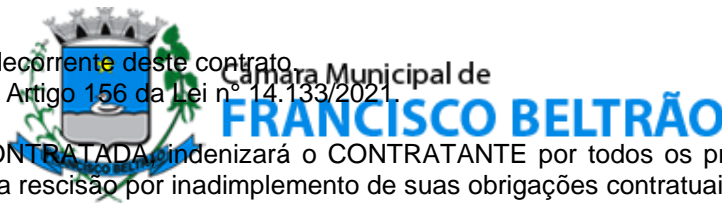
#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação Judicial da CONTRATADA, nas seguintes hipóteses;

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada.
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou

transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.

d) os demais mencionados no Artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.



PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo nº 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS PARTES INTEGRANTES**

As condições estabelecidas no processo de dispensa nº 11/2024 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão deste instrumento será efetuada pelo Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Francisco Beltrão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA dará integral cumprimento à Lei n. 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão do contrato com ao CONTRATANTE.



PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas

alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUCESSÃO E FORO**

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Francisco Beltrão, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Francisco Beltrão, xxxxxxxxxxxx de 2024.

IVANIR PAULO PROLO  
PRESIDENTE  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHA

XXXXXXXXXXXXX